

A GUERRA DA SUCESSÃO NO DISTRITO DE BRAGANÇA

(NOTÍCIAS INÉDITAS)

Impulsionada pela necessidade de satisfazer uma aspiração da minha consciência mental e de levar o óbulo da minha cooperação ao salutar movimento regionalista, penhor da ressurreição nacional, tão proficientemente evangelizada pela elite mental da minha terra, resolvi iniciar a publicação de uma série de notícias inéditas que há anos venho coligindo referentes ao meu distrito de Bragança, reservando para mais tarde, em terminando a minha vida escolar, a publicação completa das mesmas.

Hesitei um pouco na escolha daquelas por onde devia começar, resolvendo-me alfim pelas seguintes, atinentes de modo particular à região mirandesa — Miranda e Vimioso — por ser nela que iniciei a minha vida oficial.

Sem vagar para largas ensanchas nem para acepilhar convenientemente a parte literária, reservando-me para o estudo completo do assunto, apontarei rapidamente as que mais se relacionam com o presente trabalho.

A província transmontana não se presta a grandes operações bélicas de carácter ofensivo. Só o distrito de Bragança, um dos dois em que a mesma se divide, sulcado por 48 ribeiros não contando uma infinidade de caborcos e linhas de água, invadiáveis em tempo de chuvas, afluentes do Sabor e do Tua, que o são do Douro, mais tortuosos que o clássico

Meandro, mesmo quando pagãmente estilizado pelo génio da arte grega e da Renascença, formando vales profundos paralelos a altas montanhas, que passam bruscamente de uma a duas centenas nas cotas a altitudes de 1200 a 1500 metros, bem mostra a solidez da couraça que o defende de tentativas invasoras.

Já em 1800 José Cornide y Saavedra, que veio a Portugal comissionado pelo governo espanhol sob pretexto de estudos de investigação arqueológico-histórica, mas na realidade com o fim de colher informações atinentes à mais fácil conquista de Portugal, recomendava ao seu governo que não repetisse o êrro de 1762 em que entraram por Trás-os-Montes ⁽¹⁾.

Parece que já os mouros na sua invasão reconheceram o mesmo, como mostra o nome da povoação de Babe no concelho de Bragança, que deles nos ficou ⁽²⁾ e significa portinha, em alusão, a meu ver, à arte bélica.

É que a invasão do distrito só por ali apresenta tais ou quais visos de eficácia, devido à chapada iniciada neste ponto, que se prolonga a leste por Vimioso, Miranda e terras de Espanha, na qual as cotas se mantêm, com pequenas variantes, relativamente entre 700 e 900 metros.

Que os romanos, conquistadores por excelência, assim pensaram, deduz-se do seu sistema viário militar, pois constituindo cinco estradas militares da chancelaria de Braga para a de Astorga, apenas uma tocou, e tanto de escape no distrito de Bragança, que quem bem a considera, tem a impressão de que vai de fugida, apavorada de receios invíveis.

Esta estrada, objecto de aturados estudos de grandes no-

(1) *O Instituto*, revista de Coimbra, 1928, pág. 533.

(2) Fr. João de Sousa, *Vestígios da lingua arábica em Portugal*, 1789.

tabilidades nacionais e estrangeiras como J. Contador de Argote⁽¹⁾ Cornide, Sibelo, José Henriques Pinheiro⁽²⁾, Cristóvão Aires⁽³⁾ e Albino Pereira Lôbo⁽⁴⁾, tem sido erradamente demarcada na localização das estações de Pinetum, Roboretum, Compleutica e Veniatia que tocavam no distrito de Bragança, como mostraremos em estudo ulterior, apresentando modos de ver inéditos cuidadosamente documentados por forma a garantirem a autenticidade da sua trajectória.

*

Pela morte de Afonso VI entrava Pedro II na posse imediata de Portugal, legitimando a morte a sua ambição desmedida.

Um dos seus primeiros actos políticos foi a paz com Espanha que pôs fim à guerra da Restauração ou Aclamação que durante 28 anos tantos prejuízos causara aos dois países.

As condições desta paz foram desvantajosas para Portugal, pois que nem ao menos Ceuta foi restituída.

Quando o conde de Castelo Melhor, ministro inteligente e activo, preparava com a sua hábil administração todos os recursos para se vencerem as memoráveis vitórias de linhas de Elvas, Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros, não devia pensar somente numa paz que não trouxe a Portugal as vantagens políticas a que tinha jus.

D. Pedro, que começou o seu governo pelo estabelecimento da paz com a Espanha, envolveu depois o país na

(1) Contador de Argote, *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, tom I, pág. 359, 369, 407, 412 e tom. II, pág. 592.

(2) José Henriques Pinheiro, *Estudo da Estrada Militar Romana de Braga a Astorga*, 1895, págs. 50, 52, 104, 112, 118, 122.

(3) Cristóvão Aires, *História do Exército Português*, vol. II, pág. 476.

(4) Albino Pereira Lopo, *O Arqueólogo Português*, 1907, pág. 162.

terrível guerra que se desencadeou na Europa por causa da sucessão ao trono de Espanha, por morte de Carlos II.

Esta guerra determinou a aliança entre Espanha e França que defendiam as pretensões de Filipe de Anjou, neto de Luís XIV, e entre Inglaterra, Holanda, Áustria e Portugal que defendiam a candidatura do arquiduque Carlos.

Foi em 1703 que romperam as hostilidades entre as nações beligerantes.

D. António Luís de Sousa, II Marquês das Minas, nas campanhas de 1706 realizou verdadeiras façanhas tomando Alcântara, de onde mandou para Portugal grande número de prisioneiros, de munições e víveres.

Chegou a entrar triunfante em Madrid, vingando assim Portugal da afronta que sofrera quando em 1580 o duque de Alba entrara em Lisboa.

Os planos do grande general foram, porém, contrariados, e as nossas tropas foram pouco depois derrotadas em Almanza.

Esta guerra foi para Portugal muito perniciosa porque não obteve o aumento de território que lhe tinha sido prometido e porque, para condescender com a Inglaterra, D. Pedro assinou o tratado de Methwen que nos colocou em completa dependência daquela nação.

Por morte do imperador José I da Áustria foi aclamado imperador da Alemanha o arquiduque Carlos, pretendente à coroa de Espanha. Este facto e o estado exaustivo dos povos beligerantes determinaram o tratado de Utrecht em 1713 que pôs termo à guerra da Sucessão; como rei de Espanha foi então reconhecido Filipe V e ajustada a paz entre Portugal e Espanha.

Por este tratado «a França viu sancionada a sua formidável unidade mas também coarctada a sua desmedida ambição».

A Espanha perdeu os Países Baixos, a Sicília e Nápoles deixando de ser uma potência predominante cuja enorme

extensão fôra para a Europa um continuo terror; conservou, contudo, a integridade do seu domínio colonial.

O tratado de Utrecht foi grave, e essa gravidade estava nas cláusulas marítimas e coloniais que estipulava em proveito da Inglaterra⁽¹⁾.

(1) Eis como um autor coevo, nosso conterrâneo, narra as festas comemorativas dessa paz.

«Em os doze dias do mes de Julho de 1713 se apregoaram as pazes deste Reino com Castella, e França a som de tambor em a villa da Torre de mencorvo, e se festejaram com grande festa, e porcissam em o Domingo seguinte, em os desesseis dias do dito mes de Julho, e neste lugar de Peredo se fizeram muitas danças, com missas cantadas em Acçam de Graças a Deus, que foi servido darnos estas pazes...»

«E se confirmaram este anno de mil e sette centos e quinze, e dia de S. Joam, athé dia de S. Pedro se festejaram com grandes festas, comedias, Porcissão geral, com humda dança de cada lugar do termo (a)».

É este o título de um fólio pequeno manuscrito, encadernado que andou em Bragança por empréstimo na mão de diversas pessoas entre as quais o Dr. Adérito Madeira e pertence, segundo me informaram, ao erudito abade de Carviçais, concelho de Moncorvo, José Augusto Tavares.

Consta de 239 fólhos paginados de frente, se bem que na realidade só tem 227, como o autor advertiu no fólio final.

Foi começado a escrever em 1692 quando o autor era pároco de Outeiro Seco, concelho de Chaves e continuou nele lançando notas até que morreu em 1720.

Contem o códice várias notas pessoais do autor; notícias geneológicas da sua família com muitas informações de interêsse local; práticas religiosas; sermões e dados históricos referentes à Guerra da Aclamação (1640-1668) e à da Sucessão (1704-1713). É deveras interessante.

No *Registo Maior* 1 da Câmara Municipal de Bragança, fólio 361, encontra-se a carta régia de 15 de Maio de 1715 na qual el-rei por estar «ratificada e confirmada» a paz com el-rei de Castela manda festejar o acontecimento no dia 1 de Maio ordenando «que na noite do dito dia, e nas duas seguintes houvesse luminárias, e repiques, e salvas».

(a) *Livro de Reçam do Padre / Paschoal Ferreira / vigairo de S. Migel (sic) de Outeiro / Seco / termo de Chaves, e natural do lugar de / Peredo dos castelhanos termo da Torre / de mencorvo do arcebispo / de Braga Primas.*

São de notar alguns episódios da *Guerra da Sucessão* em terras de Bragança segundo relata o manuscrito *Breve Notícia / dos Emperadores Romanos, Reis de Castella e Portugal / Descriçam do Vimiozo* por António Ferreyra de Castro / cavalleiro professo na ordem de Christo, Familiar do n.º do Santo Officio, Sargento mor da villa do Vimiozo, e della natural.

Anno de 1748⁽¹⁾.

A Província transmontana era governada, ao tempo, pelo conde de Alvor⁽²⁾, e a praça e castelo de Vimioso pelo Mestre de Campo auxiliar, Manuel de Moraes Faria⁽³⁾ e pelo capitão João Sarmento de Moraes.

(1) Esta *Breve Notícia* é um fólio manuscrito, encadernado de 18 fólhos inumerados, mais 1112 numerados num e noutro lado da página, seguidos de 12 fólhos inumerados que compreendem o índice.

É de notar que em seguida à página 1112 há restos de muitas outras que foram cortadas e pelo final desta vê-se que o texto continuava.

Encontra-se hoje esta *Breve Notícia* em poder da família Germano Ferreira de Castro, de Vinhais, descendente do autor.

(2) Bernardo António de Távora, conde de Alvor, governador da província de Trás-os-Montes, teve de sua mulher D. Joana do Carmo, durante esta guerra, dois filhos nascidos em Bragança — D. Ana Tomásia do Rosário e José Maria Tomás Belchior — respectivamente a 5 de Dezembro de 1711 e 23 de Março de 1713 como consta dos respectivos assentos no arquivo do registo paroquial da freguesia de Santa Maria.

Contrastando com o nobre proceder do conde de Alvor aparece o de António Luís de Távora, marquês dêste título, que fugiu de Mogadouro apenas Miranda foi atacada.

É surpreendente de ironia esmagadora a carta que o secretário de estado, Diogo de Mendonça Corte Real, lhe dirigiu a propósito da fuga e do «poder despotico e absoluto» com que se apropriava do alheio, frisando de passo muito admirado a «madura ambição e as ligeiras rapazias do senhor Conde de S. Joam seu filho» que apropriando-se de tudo ainda deixaram que roubar aos castelhanos.

(3) Manuel de Moraes Faria, Mestre de Campo Auxiliar, era natural e morgado de Carrazedo, concelho de Bragança.

De Freixo de Espada-à-cinta avisaram de que os castelhanos avançavam sobre Vimioso e de facto, a breve espaço caíram sobre a povoação Campo de Viboras que quiseram obrigar a pagar tributo. Do Campo dirigiram-se à colina de Pereiras junto ao Vimioso e ali fizeram alto.

O governador da praça mandou reunir imediatamente as companhias e impoz aos capitães que fossem ao encontro dos castelhanos. Os chefes opuseram-se a esta ordem alviando que era contra as regras militares desguarnecer a praça e castelo para ir a infantaria bater-se em campo raso com a cavalaria inimiga.

O destemido governador não atende objecções que julga filhas do medo, monta num bom cavalo e à frente da infantaria avança sobre o inimigo.

O seu gesto heróico foi emitado por muito povo que se reuniu e acompanhou as tropas. Estes voluntários indisciplinados, mal avistaram os soldados inimigos, começaram por insultá-los.

Pelo insulto começavam quasi sempre as batalhas medievais.

Não sofreram os castelhanos as afrontas sem repugnância e, por isso, resolveram imediatamente o ataque.

Dispõem-se em três batalhões e trava-se a luta cujas primeiras vítimas se contaram entre os curiosos.

A infantaria portuguesa recua e faz trincheira duns fossos. O próprio governador, sustentadas briosamente algumas escaramuças, mas reconhecendo o perigo em que se encontrava, recolheu também aos fossos.

Os castelhanos viram nessa retirada indício de cobardia, medo ou falta de munições e resolveram atacar os fossos.

Tôdas estas manobras eram observadas por muitas pessoas que acorreram a um outeiro e choravam em altos gritos perante a eminência da inevitável derrota da infantaria e conseqüente destruição total da vila.

Foi um momento de ansiedade incrível.

Já os castelhanos cercavam os fossos quando, como por milagre, aparece Fernão Pinto Bacelar⁽¹⁾, mestre de Campo auxiliar, que ia com os seus homens guarnecer Miranda. O alarido das mulheres que se lastimavam soltando gritos aflitivos fêz-lhe compreender o crítico da situação.

Mandou descarregar sôbre os castelhanos que perante a inesperada resistência desistem da luta e retiraram para Alcaniças.

Receberam a primeira lição. Nesta batalha chamada das «Caleiras» evidenciou-se o nunca desmentido brio dos vimiosenses e a bravura do heróico governador da praça.

Os castelhanos, derrotados no Vimioso, não desistem do ataque e alimentam a esperança de melhor êxito no cêrco de Miranda que cubiçavam como o melhor ponto estratégico da Província.

Como praça forte garantir-lhes-ia com facilidade o domínio em tôda a Província. Além disso fascinava-os o abundante despôjo que dessa praça levantariam.

Concordaram, porém, em que pela fôrça nada conseguiriam dos valentes transmontanos, e resolveram recorrer ao ardil.

Governava a praça de Miranda Luis Machado e era sargento-mór Carlos Pimentel da Gama, homem de nascimento ilustre, mas ambicioso e fútil que sacrificava com facilidade o bem público às suas conveniências e desmedidas ambições.

Os seus defeitos eram notórios e bem conhecidos dos castelhanos.

(1) Fernão Pinto Bacelar já se distinguira como capitão de cavalos durante a guerra da Aclamação.

Era morgado de Vilar de Ossos, concelho de Vinhais, e foi bisavô de Manuel Pinto Bacelar, 1.º visconde de Montalegre, que tão brilhante papel desempenhou na província transmontana durante a Guerra Peninsular.

O marquês de Bay, general das tropas castelhanas, anseando por tomar Miranda e conhecendo a imbecilidade de Carlos Pimentel da Gama, propõe-lhe, mediante condições vantajosas para o degenerado, a venda da cidade.

O traidor aceitou gostosamente a proposta e começou por subornar com astúcia o governador até que conseguiu haver à mão as chaves da cidade.

No dia 8 de Julho de 1710 abre aos inimigos uma porta falsa e facilita-lhes uma escada por onde puderam galgar a muralha.

Os habitantes ficaram aterrados perante o inesperado ataque e, confusos pela impossibilidade de defesa, em brados de dor recolheram à igreja invocando a protecção divina.

Abandonaram os seus haveres à sanha feroz e rapacidade do astucioso marquês de Bay cujas tropas, por este meio, se apoderaram de Miranda sem combate.

Apenas se ouviu um tiro que, por sinal, varara o filho do traidor Pimentel da Gama. Era o começo do prémio da sua imperdoável traição.

Principiou o saque. A cidade continha não só os seus haveres mas também as riquezas das povoações vizinhas, que julgando-as ali mais seguras ali as haviam guardado.

De tudo se apoderaram os castelhanos. Então os pobres mirandeses abandonaram a cidade procurando asilo por toda a província e os cónegos da Sé fugiram para Chacim⁽¹⁾. O traidor refugiou-se com a família em Castela.

Lá viveu odeado e desprezado desde que se tornou pública a sua torpeza.

Os seus bens em Miranda foram confiscados e para que

(1) No Museu Regional de Bragança, maço *Correspondencia* há uma carta do bispo D. Fr. João Franco de Oliveira, datada de Lisboa, aos 28 de Abril de 1711 em que felicita o cabido por ver «que a nossa Sé, por tanto tempo desamparada já com a assistência de V.^{as} S.^{as}».

a sua iniquidade fôsse conhecida dos vindouros, levantou-se um padrão no lugar onde era a sua morada que foi arrasada, «acrescentando com a sua aria o terreyro e praça de armas⁽¹⁾».

Os castelhanos, senhores de Miranda, trataram de arranjar meios de defesa segura.

«Empossados com effeito os castelhaaos da praça e cidade de Miranda a goarnecerem de bastante gente, e para se melhor segurarem mandarão fazer hum forte ou reduto as partes principais da mesma, continuando em se fazerem fortes querendo eternizarem-se na mesma praça; não cessavão de infestar o paiz, e seus contornos com roubos, queimas, e as mais insolencias que a sua perversidade inventava, asim o padeceo a vila de Algozo, que cahindo sobre ella hum grosso de cavallaria, sem resistência, a saquearão, roubarão, e queimarão, não lhe escapando o pam que se achava na eyra, que tudo reduzirão a cinzas, e querendo os mesmos Inemigos fazer o mesmo o castello, hum Alferes que nelle se achava com vinte soldados se deffendeu valerosamente, não logrando aqueles seu intento, antes deixando o Alferes vangloriozo de defenderse com grande disparidade na gente, e nas praças».

Os castelhanos consideravam-se real e verdadeiramente senhores de tôda a Província que julgavam incapaz de defesa porque as tropas portuguezas se achavam em grande número na Beira e Alentejo.

Para tornar efectivo o seu domínio saiu de Miranda o Príncipe Colona, Brigadeiro de Cavalaria, e com 900 cavalos

(1) Dêste feroz castigo aplicado aos criminosos concernente a arrazar as casas e salgar o terreno para o esterilizar, resta ainda hoje uma lápide de granito na aldeia de Carção, concelho de Vimioso, que diz serem ali arrasadas e salgadas a Francisco Mendes condenado à fôrça e executado na vila de Outeiro, então cabeça concelhia de Carção pelo assassinato do juís pedaneo, Gaspar Gonçalves.

avança sobre Moncorvo «com animos de suprender as barcas pondo de caminho a mesma villa em contribuição, a de Mogadouro e outros povos, e foi tal a frouxidão com que se houverão os de Moncorvo, que permitindo o seu terreno fazer-lhe rezistencia, se entregarão sem algũa, e todo ufano se recolhia o Príncipe por não achar contraposição a seus intentos; porem ainda não logrou inteiramente seus designios que vindos seguindo o sargento mor de cavallos Francisco José Sarmiento Ferreyra lhe tirou da retaguarda des cavallos, e hum Alferes, fazendoos retroceder, e que em marcha bem apressada se recolhessem a Miranda deixando pellas estradas, muitos cavallos mortos, e alguns soldados iam tomados de vinho, que os paizanos servirão de seus verdugos».

Eis agora como o autor do livro *Rezam* (ver nota 1) narra a invasão da região moncorvense.

«Em os oito dias de julho de 1710 o inimigo castelhano tomou a praça de Miranda do Douro! e logo por nossos pecados veyo a Torre de moncorvo queimou o barco, e lançou fogo à barca do Douro: acudio a gente de Villanova, e com as ballas fez retirar o inimigo da barragem do Douro, e acudiram alguns homens de Villanova, passando o rio a nado apagaram o fogo da barca com água e com hum pedaço queimado da mesma barca, e passaram pera a parte de Villa nova.

«Mataram tres castelhanos: hum logo ali ficou morto e dous foram morrer no caminho da Torre, ficaram enterrados no convento de S. Francisco.

«A Camara se lhe entregou.

«Muita gente da Torre (de Moncorvo) se retirou aos montes com algum fato, e os que ficaram, porque não lhe lançassem fogo lhe prometeram, como dizem, mil, e oitentas moedas de ouro, vinte mil cruzados, e ficaram de lhos mandar até sexta feira da mesma semana; sendo fia-

dores o Lecenceado António Camello e Francisco Botelho, e Manoel Correa da Lapa.

«Roubaram o que acharam de movens, e levaram toda a prata da Igreja, ficando só as custodias, que lhas esconderam; levaram seis arrobas de prata: a cruz grande doze alampadas de prata, seis varas de pallio, e quatro castiçais de nossa Senhora do Rosairo, e os thuribulos, finalmente tudo o que acharam de prata levaram so deixaram a nossa Senhora do Rosairo a coroa, que tinha na cabeça.

«Alem de tudo isto levaram muitas moedas de ouro, que lhe deram muitas pessoas particulares, e fizeram muito mal em todas as casas da villa. E como lhe faltaram com os vinte mil cruzados, estão tremendo que lhe venhão lançar fogo, como fizeram ao lugar de Carviçais na retirada, que todo o lugar ardeo».

Igual sorte teve a aldeia de Campo de Víboras que foi saqueada, arrasada e incendiada ⁽¹⁾.

(1) No *Livro dos Capitulos de Visita de Aldeia Nova*, concelho de Miranda do Douro, fólio 1, verso, encontra-se um documento que mostra bem o pânico causado pelos invasores.

Diz êle que os moradores desta povoação fizeram voto de mandar celebrar anualmente um officio em louvor das almas do Purgatório *in perpetuum* «para que a magestade divina pella intercessão das benditas almas se sirva livralos da invasão dos inimigos, de que estão cercados com temor que lhe roubem as fazendas e lhe tirem as vidas».

No *Registo Maior* 1 da Câmara Municipal de Bragança encontra-se registada no fólio 312 a carta régia de 28 de Fevereiro de 1710 e relativa ao aboletamento de «um regimento de infantaria e algumas tropas de cavallaria ingleza... que andavam na campanha» e agora recolhiam a quarteis de inverno.

El-rei atendendo a que Bragança «está despovoada de moradores por todos a irem desertando com todo o excesso, que se não achava pelos livros das sisas mais coatro centos, e tantos moradores, constando pelos que estavam feitos dez annos antes excederem o número de 1500, cuja falta foi o motivo para se lançarem a cada patrão 3 e 4 soldados»

O governador da Província, D. Pedro de Mascarenhas, ordenou ao capitão Francisco Xavier de Ordaz Sarmiento que estudasse as operações dos inimigos a-fim-de os expulsar o mais breve possível.

Começa a reacção forte e enérgica.

Travam-se algumas escaramuças nas proximidades de Miranda ficando sempre derrotados os castelhanos.

Entretanto o Marquês de Bay organiza as tropas e avança sobre Bragança onde se encontrava D. Pedro de Mascarenhas (4).

As tropas inimigas acamparam «no lugar de Bassal» (2)

manda que as tropas recolham aos quarteis ou as casas desabitadas e se abstenham de aboletamentos por casas de patrões.

Ainda no fólio 311 há uma carta de D. António Salgado datada de Chaves a 4 de Março de 1710 dirigida a António de Figueiredo Sarmiento referente a esta questão do aboletamento, pois os militares não queriam recolher aos quartéis, nem às casas desabitadas, mas sim andar aboletados por casa de patrões comendo e bebendo à tripa forra ou quási.

(1) Joseph Cardoso Borges, *Descripçam Topográfica de Bragança* manuscrito existente na Biblioteca Nacional (secção pombalina) diz que o cerco de Bragança foi de 4 a 14 de Agosto de 1710 com um contingente de 2.000 cavalos a 5.000 infantes.

(2) No *Livro dos Batisados de Baçal*, do ano de 1711, agora existente no Museu Regional de Bragança, acha-se o seguinte:

«António filho de Francisco Martins e de sua mulher Maria Pires fregueses desta freguesia de São Romão dêste lugar de Baçal (a) naseo aos onze do mes de junho de mil e sete sentos e onze annos sete sentos e onze annos (sic), foi bautizado en o dito dia pello padre António Mendes do lugar de Sacoias (b) por causa de o lugar combatido do ini-

(a) O nome da povoação de *Baçal*, segundo Fr. João de Sousa, *Vestigios da lingua arábica em Portugal*, 1789, é uma palavra árabe que significa lugar de cebolas.

(b) O nome da povoação de *Sacoias* deriva do nome próprio de homem Zacoí, Zacoí iben bellite, Johanne iben Zacoy, que figuram como testemunhas nos séculos x e xi segundo vemos pelos *Portugaliæ Monu-*

mas o seu número era tão avultado que as tropas portuguesas não podendo competir, tomaram o expediente de se

migo e fugio a mãe com elle para o lugar de São Pedro das Seboilas (a) onde se lhe puseram os Santos Olios e as mais bensois com licença minha pello padre Antonio Gonçalves do dito lugar e foram seus padrinhos Balthazar Afonso e Catherina do Calvário sua mulher e para constar fis e asinei dia, mes, era ut supra. — *O Padre Francisco Alves*.

Os transes porque esta Maria Pires passou ao dar à luz o filho António, claramente se deixam ver das circunstâncias exaradas lacônicamente no respectivo assento de baptismo.

Os inimigos castelhanos acampavam então sobre o lugar de Baçal, onde se demoraram onze dias, talando, incendiando, roubando e destruindo tudo a ponto de a povoação ficar reduzida ao último extremo.

A tradição local ainda aponta o sitio do têrmo chamado Carvalhal, onde havia uma grande mata, que foi queimada pelos espanhóis.

Os moradores válidos fugiram recolhendo a Bragança, como se declara noutro assento adiante transcrito, e a triste parturiente, com as dôres da maternidade, teve de ficar; apenas, porém, dá à luz o filho, foge também no mesmo dia do parto! recua sobre o lugar de Sacoias, três quilómetros distante, onde manda baptizar o filho e certamente procurando as margens do Contense, mais livres dos inimigos por agrestes e montanhosas, escapa para São Pedro das Seboilas (também hoje, e já então conhecido por este nome e pelo de São Pedro dos Sarra-

menta Historica, Documentos n.ºs 113 e 290 que a julgar pela particula *iben* — filho, deve ser de origem árabe.

Damião de Góis na *Chronica de D. Manuel* 1.ª parte, cap. 37 menciona o xeque *Çacoeia* xeque de Moçambique, que visitou Vasco da Gama quando ía à descoberta da Índia.

(a) São Pedro das Cebolas, na voz do povo ainda hoje corrente, ou S. Pedro dos Sarracenos, designação official, tira o apelido, como é sabido nas etimologias desta natureza, do genitivo do nome próprio de homem *Sarracinus*, que encontrámos nos mesmos *Portugaliæ M. Historica* com as variantes de *Sarracimz*, *Sarracins*, *Sarrazim*, *Sarrazino*, *Sarracino*, *Sarrasino*, *Sarracine*, *Sarracina*, *Sarraciniz*, *Sarrasinis*, *Sarracenus* (Doc.º n.ºs 138, 273, 195, 66, 210, 50, 214, 215, 4, 309, 11, 22, 165, 36, 145, 178, pertencentes aos séculos x e xi.

retirarem e o fizeram com tanto valor, que os Inemigos vendo o modo da retirada julgarão os chamavão a algum precipício

cenos) seguindo o caminho de Gimonde (a) e os corregas escabrosos de Alfaião (b) e Penacal, tendo para isso de dar uma volta em arroteio de mais de 15 quilómetros no próprio dia do parto!

No assento de baptismo de Ana, filha de João Pires e de Domingas

(a) *Gimonde*. O nome desta povoação provém do nome próprio de homem, genitivo de Gemondus, Gesmondo, Jemundo, Gemondo como aparece nos documentos n.ºs 193, 188, 237 e 392 da obra citada, pertencentes aos séculos x e xi.

É sabido que os nomes das povoações derivam geralmente de acidentes locais, da flora, fauna, etc., e muitas vezes do proprietário que por qualquer circunstância deu o nome à terra e vem a dizer: fundus hereditas, casal, incommunatio, talio, quinta, quintano, vilar, etc. de fulano.

Já os romanos operavam pela mesma forma segundo observa Alberto Sampaio, *As Vilas do norte de Portugal*, acrescentando ao nome do proprietário o sufixo *anus*. Assim Acilianus, Aemilianus, Afranianus, etc. trazem a origem dos gentílicos Acílias, Aemilius, etc.

(b) *Alfaião* é palavra árabe segundo diz Fr. João de Sousa, acima citado e significa — terra de sombra.

Para não avolumar este trabalho abstenho-me de indicar a proveniência dos nomes das mais povoações aqui mencionadas visto encontrar-se explicada nos *Estudos de Philologia Mirandesa* do ilustre sábio Dr. José Leite de Vasconcelos. No tocante, porém, a Augueira pedimos licença para apresentar uma que parece preferível.

Há em terras mirandesas um rio e duas povoações com o nome de Augueira.

Pinho Leal, no *Portugal Antigo e Moderno*, artigo Augueira, diz que o nome do rio Augueira provém de *anguieira*, ou *enguieira* e significa rio das anguias ou enguias; deriva de anguis a cobra.

Depois Pedro Augusto Ferreira, continuador do *Portugal Antigo e Moderno*, no artigo Vimioso, concordou com esta etimologia, mas na *Tentativa Etymologica*, vol. 1, pág. 35 diz que «provavelmente tomou o nome de Anghera, tribo de Marrocos».

Os romanos para o transporte das mercadorias aos depósitos e portos de mar tinham o serviço das *anguarias* em veículos apropriados

e só cuidarão também em defenderemse; a major aparte desta acçam se deveo ao sargento mor que sempre vejo

Esteves, nascido a 15 de Fevereiro de 1710 se diz que «foi batizada em

puxados a animais, obedecendo tudo a regulamentos convenientes, serviço êste dos mais pesados das províncias (Leger, *Les Traveaux des Romains*, 151).

Há quem pense que o nome vem dêstes serviços e se relaciona com a estrada militar romana de Braga a Astorga, que passava perto dêstes sítios.

Chamava-se *angueiras* à multa que alguns forais aplicavam a quem montava sem licença o cavalo de outrem, (Alexandre Herculano *História de Portugal*, livro VIII, parte 3.ª, pág. 323).

Augueira era um tributo feudal (João Pedro Ribeiro, citado no *Elucidário* de Viterbo, artigo *augueiras* e *eugueiras*, onde diz que êste tributo era prestado pelos enfiteutas e colonos ao senhorio).

Chamavam-se *angarias* aos lugares ou estações onde estavam prontas as bestas de aluguel; o aluguel das bestas ou de quaisquer outros animais de carga; o preço dêstes; quaisquer encargos ou pensões a que contra sua vontade eram violentadas as pessoas nos seus cargos ou fazendas; tôda e qualquer violência, vexação, injúria, ou tristeza (Viterbo, *Elucidário*, artigo *angarias*).

O sábio professor Dr. José Leite de Vasconcelos, nos *Estudos de Philologia Mirandesa*, 1900, vol. 1, pág. 63, conclue, após larga e erudita dissertação, que *Augueira* deriva de *anguis* a cobra, vindo portanto a significar: rio de muita cobra ou tortuoso no seu curso como o andar das mesmas.

Sucede que eu, quando andei por terras mirandesas, ouvi chamar *auguelga* à planta vulgarmente dita avelã, avelãira, e *anguelgal*, *anguelgueiral* ao aglomerado destas, podendo, portanto, concluir-se seguramente que *Augueira* vem de *anguelgueiral* > *anguelgueira* > *angueira*.

De resto, em Vila Meão, concelho de Bragança, há um local do termo chamado *Augueira* e outros nos termos de diversas povoações do distrito de Bragança, onde não passam rios, embora sejam sítios húmidos, próprios para se criarem as avelãs, nem há mais abundância de cobras do que noutros pontos.

Concluimos, portanto, que a avelã deu as duas formas *Aveleda* e *Augueira* fixas em muitos nomes de povoações e locais do termo.

cubriendo os esquadroins sem deixar hum só soldado, antes ofender muitos dos Inemigos e desta sorte se recolherão as tropas a praça, e o Marquez de Bay desenganado de que não tirava fruto de seus projectos levantou o campo, e deixou

caza por mi por cauza de aver rebate na noute que naseo por ser tempo de geras» (*sic* guerras).

No de *Maria* filha de António Pires e de Izabel Martins nascida a 15 de Agôsto de 1710 declara o pároco que «foi bautizada em caza por nececidade pello capellão do general do marquez de Vai por naquelle tempo estarem com o exercito em este lugar e eu e os mais freguezes termos fugido para a cidade de Bragança e veio à igreja as bensoins em os vinte e nove do dito mes e lhe puz os Santos Olios».

Pouco adiante dêste assento se encontra o de *Catarina* que «foi bautizada em caza por cauza de sua mai morrer de repente asim como a pario» e havendo nascido aos 9 de Fevereiro de 1711 só foi à igreja receber os Santos Óleos a 5 de Junho seguinte não podendo a solenidade ter lugar mais cedo «pella pressa da gera» (*sic* guerra).

E tanto era a pressa que o pároco nem acerto com a ortografia!

Numa cuba de João Manuel Balesteiro, de Vale de Lamas, povoação da freguesia de Baçal, ainda hoje se vêem os buracos dos tiros de bala com que os espanhóis, nesta guerra, furaram o vaso para o inutilizar e entornar o vinho que não poderam beber.

Quando procedíamos a estas investigações encontramos no livro de óbitos de Vale de Lamas o assento de Manuel de Araujo, solteiro, de 57 anos de idade, falecido numa povoação a 25 de Junho de 1809, uma notícia referente à Guerra Peninsular que archivámos por corroborar o pânico causado pelos invasores.

Parece que nesse tempo os párocos lavravam também os testamentos pois, incorporado no assento de óbito encontra-se o do falecido, que diz «legar a seus herdeiros seus bens» e, continua o texto, «porque nesta ocasião tanto eu como os meus fregueses estavamos demasiadamente solícitos e cuidadosos pelo temor que entrasse neste mesmo dia vinte e quatro de Junho o Inimigo que se acha na Povia de Seabra, e lugares vizinhos, como vinhão dizendo os Espanhóis que a tôda a pressa se retiravão para o nosso Reyno, e isto se fez bem notorio pelo grande abalo que houve; por isto acontecer quando o testador estava a receber os Sacramentos e a fazer o testamento digo-a dizer o que testava por isso

o paiz livre da opressão que lhe ameaçava aquelle exercito».

O general Pedro de Mascarenhas convoca as tropas forma exército e dirige-se a Quintanilha onde acampou e demorou alguns dias indo daqui a atacar os castelhanos mesmo em Alcaniças.

O exército português regressou em direcção «ao Vimioso abarracandosse perto do lugar de São Joanico, onde se demorou poucos dias, e fez marcha ao lugar de Constantim, dêste campo foi mandado Francisco de Tavora com as companhias de Granadeyros do exercito e alguas de Infanteria a suprender a praça, e forte de Carvajalles, porque o exercito, que estava dos Inemigos comandado pello Marquez de Bay havia partido a Aragão pella noticia de se perder a Batalha de Saragoça;

«Chegando com aquelle destacamento Francisco de Tavora a Carvajalles, em que tambem hia Gonçalo Pires Bandyra com o seu regimento de cavallaria de que era tenente coronel Antonio Monteiro de Almeyda, e sargento mor Francisco José Sarmiento Ferreyra ao primeiro avanço que em doze de outubro se lhe deu o governador entregou o Forte e praça guarnecido das armas portuguezas, o que assim satisfeito se recolheu o comandante com o destacamento ao exercito, que já se achava em Vilhalcampo.

«No dia quatorze do mesmo mes, foi mandado o sar-

nos esqueceo perguntar ao testador como se chavão (*sic* chamavam?) os seus herdeiros».

Este padre como o seu colega de 1710-1711 baralha igualmente ortografia e redacção!

Que mina histórica não seria a exploração do registo paroquial? Quando será que o nosso governo, à imitação do inglês e de outras nações adeantadas, estenda a publicação do mesmo a tôdas as freguesias do país até agora apenas limitada à parte da capital e incompletamente?

gento mor Francisco José Sarmiento Ferreyra com duzentos cavallos tomar as portas da praça de Alcaniças para impedir que se não retirassem sinquoenta cavallos que com seu capitão se achavão na mesma praça, o que conseguiu com facilidade.

«No dia quinze chegou todo o exercito a Alcaniças, e se trabalhou toda a noite ganhando o arabalde ainda que da fortaleza espedião bastante fogo.

«No dia dezasseis se empregou em bater o castello, a praça, e toda noite, the que no dia dezassete capitullou a guarnição sahindo livres os officiais, e soldados, que se compunha de hua companhia de Granadejros, e tres de Infantaria, com seu governador, ficando para o exercito os cavallos; rendida com effleyto a praça de Alcaniças» marcham os portugueses sôbre a Puebla de Siabra que submetem também.

Durante êste ano estendeu-se o domínio português a três praças castelhanas: Carvajalles, Puebla e Alcaniças.

Em fins de Janeiro de 1711 dominavam ainda os castelhanos na praça de Miranda.

Nas cercanias desta praça acampara o capitão Francisco Xavier Ordaz Sarmiento a-fim-de totalmente os aniquillar.

Conhecedores do intento do grande capitão tentaram surpreendê-lo fazendo avançar ao encontro 200 cavaleiros e 200 peões.

Foram, porém, valorosamente batidos pelas tropas do coronel António Monteiro de Almeida que em Carção, Argoselo e Santulhão acampara para socorrer o capitão Francisco Sarmiento.

Os 200 infantes castelhanos emboscados de trás de umas paredes no lugar de Cércio descarregaram ardilosamente sôbre a cavalaria portuguesa mas com tão pouca sorte que apenas mataram um soldado.

«Feita a descarga» a cavalaria portuguesa caiu sôbre a

infanteria inimiga produzindo enorme carnificina. Fizeram também grande número de prisioneiros que transportaram para o castelo de Algosó e para a praça de Bragança.

Desde êste recontro temem os castelhanos que Miranda seja invadida.

Temem perder a presa que tanto a seu contento sabiam explorar.

O resgate de Miranda era na realidade urgente, e tanto, que o próprio rei D. João V, informado dos roubos e depravações de que era vítima a Província determinou que o general D. João Manuel de Noronha⁽¹⁾, comandante das tropas da Província, sitiase a praça para se conseguir o seu rápido resgate.

Êste general mandou lançar derramas nas praças castelhanas em nosso poder, mandou juntar víveres para sustento das tropas e tomou tôdas as precauções para que o golpe sôbre os inimigos fôsse certo.

Convocado e reunido o maior número possível de regimentos de cavalaria e infantaria, chegam as fôrças do general a 11 de Março de 1711 à vista de Miranda.

Mandou imediatamente cortar as comunicações que o inimigo tinha pelo rio Douro.

Durante a noite as nossas tropas estabeleceram se sôbre a ribeira do Fresno que passa junto à praça e aí assestaram 8 peças para bater o castelo.

Às 5 horas da manhã do dia 13 começou o ataque à praça. Já desanimavam os castelhanos quando o aparecimento inesperado do Brigadeiro Tomás da Silva Teles lhes fêz perder inteiramente a esperança.

Tomás da Silva Teles regressava do Alentejo para assistir ao cerco de Miranda.

(1) D. João Manuel de Noronha foi o 6.º conde de Atalaia e 1.º marquês de Tancos. Nasceu em 1679.

Os castelhanos resistiam ferozmente fazendo grande fogo de artilharia sobre os portugueses que com habilidade se encobriram com uma muralha conseguindo que apenas o capitão de Granadeiros, João da Costa Ferreira, fôsse ferido.

Dia 15, logo de manhã, vendo-se os castelhanos em grave contigência mandaram um tenente coronel ao encontro dos portugueses a pedir-lhes 3 dias para resolverem sobre o que deveriam fazer.

Foi-lhes respondido que apenas lhes davam meia hora, depois do que considerariam a guarnição prisioneira de guerra.

Indignada a guarnição castelhana fêz saber aos sitiantees que não consentiria em ser prisioneira de guerra.

Esta resposta irritou os portugueses que sem mais de longas avançaram sobre o inimigo com sanha incrível.

Perante tão feroz attitude bélica os castelhanos capitularam, declarando que a guarnição ficava prisioneira de guerra e à mercê do general D. João Manuel de Noronha.

Assinaram-se as capitulações cujas cláusulas são as seguintes :

«que a praça se entregaria logo que as capitulações fossem aprovadas pello excellentissimo Senhor General D. Joam Manuel de Noronha comandante do exército e a parte principal da praça será occupada como sua excellencia detreminar :

«que a guarnição da praça ficará prisioneira de guerra a descripção :

«que se manifestarão todas as munições de guerra, e boca que houver na dita praça, e de todas ellas se dará hua exacta relação :

«que se houver algũ dinheiro, ou para pagamento de tropas, ou qualquer outro effeyto se entregará prontamente :

«que todos os cavallos, como as mais bestas se entregarão da mesma sorte. Thomas da Sylva Telles.

«D. Antonio de Mendonça Sandoval.

«D. João Manoel de Noronha.

«estipulladas assim as capitullaçoins entrarão os portugueses a dominar, e goarnecer a praça, ficando esta livre do domínio castelhano, logo a ella se recolherão os nacionais, e cada hum delles procurando os meynos a sua vida, não acharam as casas como as deixarão, porque tudo estava revolto como desfrutado por Inemigos».

Assegurada e guarneçada a praça de Miranda e desbaratados totalmente os castelhanos em Trás-os-Montes, dirigiram-se as nossas tropas para o Sul para os desbaratar no Alentejo.

Não obstante, as hostilidades bélicas não terminaram no Norte visto que em Maio de 1711, quando o forte de Carvajalles estava occupado pelos portugueses comandados pelo valente coronel do regimento de Bragança, Domingos Teixeira de Andrade, os castelhanos fizeram tão terrível e apertado cerco, que a praça desprovida de víveres e munições, não obstante a heróica resistência de Domingos Teixeira de Andrade, teve de capitular.

Como revindicta dêste revés o sargento mór Francisco José Sarmento Ferreira «tomou aos castelhanos 29 cavallos e um Alferes nas campinas de S. Martinho de Angueira».

Depois da rendição de Carvajalles resolvem os castelhanos atacar Vimioso.

«Chegaram os 14 do mesmo mes de Junho e correu a noticia que os inimigos estavam preparados para vir sitiarem o Vimioso e que sem duvida no mesmo dia fazião marcha, porque tudo estava pronto na vila de Alcaniças: logo se cuidou no que era preciso para a deffensa e os naturais procurarão o resguardo de suas pessoas e fazendas.

«estava a praça e castello goarnecido com hua companhia de Infantaria de pé de castelo de que era João Sarmento de Moraes capitão, e alguns auxiliares tudo debaixo das ordens

do governador, não havia artilharia, nem mais petrechos mellitares para a deffensa».

Os castelhanos bombardeiam o castelo que durante três horas responde enèrgicamente ao tiroteio.

«Não havia bala no armazem que dissesse nas espingardas, e foi preciso recortar as que iam sendo necessarias, no que se occupavão algumas pessoas, que não costumavão tirar».

Os auxiliares do castelo e muitos soldados fugiram aterrorizados logo que viram tão avultado número de invasores mas alguns particulares, entre êles Jerónimo de Moraes Calado e os padres Francisco de Quina e João de Seixas Pegado resistiram com bravura até que viram aparecer um trôço enorme de infantaria inimiga.

Seria loucura resistir, e por isso o governador, a contento dos presentes, resolveu entregar-se.

Entretanto a soldadesca castelhana saqueava desenfreadamente, lançava fogo às casas sendo a primeira que ardeu a do governador, e mais longe iria na sua desmedida avidez se não fôsse detida nos seus ímpetos selvagens pelo comandante.

«Empossados do castello, como nelle acharão ainda vestígios de que se coartavão as balas, com que se tirava, estilo impraticável, principiarão a querer dissolver o contrato da capitullação, e passar quanto havia no castello a ferro, castigo estabelecido aquelle corte; porem atentas as circumstancias que consideravão no governador, e goarnição, houverão por bem remeterlhe o crime julgandoo inocencia;

«goarnecido o castello e presediada a praça se acoartellou nella hum regimento de Infantaria que comandava o coronel D. Carlos Assucar (?) e o mais resto das tropas se recolheu ao campo de Valdefrades; ao mesmo foram levados o governador, capitão e mais pessoas que estavam no castello, e parecendo na presença do Marixal, depois de as ouvir, e elle

condoerse delles os mandou levar para onde quizessem tomar viagem:»

Os vimiosenses suportavam sem esperança de recuperar a liberdade todos os roubos e vexames que a barbaria castelhana lhes infligia.

O refôrço das tropas portuguezas estava agora longe, no Alentejo, e não podia defendê-los.

Nunca esta vila fôra surpreendida, depois do dominio árabe, por nação estrangeira, o que lhe tornava ainda mais pesada e dura a situação de dependência em que então se achava.

Um acto de heroicidade vem aliviar os pobres habitantes de Vimioso.

Luís Neves, tenente de grande valor militar, entrou uma noite, com vinte cavalos no campo inimigo, rompe a guarda real do campo e tomou sete cavalos.

Isto inquietou os castelhanos que resolveram recolher-se a Castela, «ordenando o Marixal ao coronel pedisse a este hua grande contribuição, e que negada mandasse queimar tudo; assim o executou o coronel, e hindo a sua presença João Mendes Antas a fazerlhe promessa de huas tantas patacas para que ficasse a sua caza livre daquelle mandato comveyo o coronel na oferta, e faltando a palavra do ajuste o mesmo João Mendes Antas, por lhe parecer a este era hua ladroeyra, mandou o coronel procuralo por dous sargentos, porem temendo lhe tomasse conta da falta, e que passasse a mais não appareceo servindolhe de resgoardo hum forro oculto de suas cazas; disto rezultou principiarse a lançar fogo nas cazas de Antonio de Sousa Moraes, a que se lhe acudio, e o coronel com o donativo de seiscentos mil reiz, que logo se lhe entregarão, para cujo compito deu o mesmo Antonio de Sousa Moraes sincoenta moedas de ouro, e nosso paj João da Costa Ferreyra outros tantos, que tudo depois se repartiu, e se houve pellos moradores; satisfeita

a contribuição, fez o coronel jornada ao Campo em dia de Sam João Baptista do mesmo anno (24 de Junho) em cujo dia mandou queimar o castello, e demullir seus rebellins, deixando a villa livre de tam grande oppressam;

«e assim que se unio com o exercito fez este transito pello lugar de Pinello, e dahi para Alcaniças donde partiu o regimento da cavallaria para a vila de Bomboy onde detremi-nava rezidir alguns dias a tomar descanso;»

Logo que o conde de Alvor soube onde o inimigo acampara ordenou ao coronel Pedro Ferreira de Sá Sarmento (1) que immediatamente o fôsse atacar.

Era empresa difficil, mas o coronel obedeceu e de tal forma se houve que caindo sôbre o acampamento castelhano numa madrugada em que as tropas repousavam ainda, sem lhes dar tempo para se formarem, derrotou o regimento matando o capitão, tenente e alferes da guarda de campo, «trazendo em despojos a prezença do conde de Alvor hum tenente, hum Alferez, dous sargentos, trinta e dous soldados, cento e quarenta e tres cavallo, deixando no campo muitos mortos em tanto numero que delles foram sepultar quatorze carros, tomando na mesma ocasião ao regimento Inemigo, dous estandartes, Timbales, Barracas, armas, e toda a bagagem; cujo successo agradeceo Sua Magestade por carta firmada de sua real mão ao coronel, segurandolhe teria muito na sua lembrança o bem que obrara, para o seu adiantamento».

E assim termina o relato que desta *Guerra da Sucessão* faz o citado manuscrito intitulado *Breve Noticia... Descripçam do Vimioço* que par e passo fomos seguindo.

(1) Pedro Ferreira de Sá Sarmento morreu em Bragança, donde era natural, a 11 de Abril de 1731 e pertencia à nobre família Ferreira Sarmento, com palacete brazonado na praça da Sé.

Era cavaleiro da casa real e governador do castelo de Outeiro.

Sôbre o assunto saíram ao tempo dois opúsculos intitulados:

Relaçam das Noticias que se tiverão das provincias de Traz-os-Montes, e Alentejo, e de Madrid publicáda em 14 de Fevereiro. Lisboa, 1711.

Relaçam do sitio e rendimento da praça de Miranda que mandou o Mestre de Campo General D. João Manuel de Noronha, pelo coronel de infantaria Joseph de Mello, que chegou a esta corte em 20 do corrente mes de Março, publicada em 21 de Março. Lisboa, 1711.

É de notar, porém, que as informações dêstes opúsculos são menos explícitas do que as fornecidas pelo *Descripçam do Vimioço*.

CÂNDIDA FLORINDA FERREIRA.